

■ No dia do psicólogo,
o lançamento
de um vídeo



■ O paciente aidético:
caso de polícia
ou de análise?

COMPLETAMOS 25 ANOS DE PROFISSÃO

Psicologia, uma profissão de saúde

No Brasil, a Psicologia é uma profissão que surgiu só recentemente. Estamos comemorando, neste mês, os 25 anos de seu reconhecimento pela Lei promulgada em 27 de agosto de 1962, muito embora saibamos que, antes de esta ocorrer, já existiam práticas e agentes que, inclusive, justificaram a legislação.

Tradicionalmente, a Psicologia é identificada, a grosso modo, pela opinião pública como "coisa de louco". O psicólogo seria "louco" e quem o procura também um "louco". Essa caricaturização do trabalho e do profissional reflete indiretamente uma dificuldade de reconhecimento social da Psicologia. Essa dificuldade também pode ser detectada nas iniciativas governamentais e nos meios de comunicação de massa, por exemplo, em que, entre as ações de saúde, a saúde mental nem sempre recebe a atenção desejável e a Psicologia, a reboque, também não.

Existem múltiplas razões entrelaçadas, que levaram a esta situação atual, na constituição da profissão no País. Entre elas, podemos destacar algumas mais relevantes.

De um lado, a legislação prevê como sendo privativo da atuação do psicólogo o uso de métodos e técnicas psicológicas, com o objetivo de: diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução dos problemas de ajustamento. Uma definição de campo profissional que, se já deixa vagas as concepções de métodos e técnicas psicológicas, também não situa a Psicologia como sendo profissão de saúde.

De outro lado, temos a questão da formação do psicólogo contribuindo para a reprodução de uma determinada concepção do que seja um trabalho psicológico. Em geral, os candidatos escolhem o curso de Psicologia muito mobilizados pela idéia de ajuda aos problemas dos outros, sob os moldes de profissional liberal. As próprias faculdades recebem os alunos, confirmando as expectativas deles, pois os currículos são organizados com grande ênfase nas disciplinas ligadas ao psicodiagnóstico e à psicoterapia. Assim, com uma formação nem sempre completa ou satisfatória, o recém-formado sai da faculdade para o mercado de trabalho que — embora a muito custo — o abarca, predominantemente, como um "clínico". E, "clínico", como aquele que, em seu

consultório particular, atende a pessoas que podem remunerá-lo, por conta própria.

Como os serviços públicos de saúde se apresentam precários e estão ao sabor das gestões governamentais, sem possuírem um compromisso efetivo com uma política de saúde e de educação, extensas camadas da população não têm acesso aos serviços psicológicos. A verba destinada à saúde mental é muito escassa, fazendo com que as condições de trabalho do profissional e de atendimento dos clientes sejam desfavoráveis e — por que não dizer? — "pouco saudáveis".

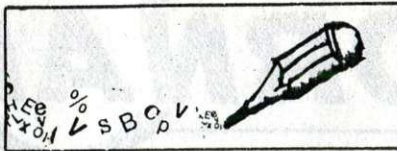
E como se não bastassem todos esses entraves, as características do conhecimento psicológico, construídas historicamente como um saber relativo ao comportamento, ao indivíduo, e, no máximo, à relação bi-pessoal, acabaram sendo condição de uma determinada imagem social da Psicologia.

A lei, o currículo, o mercado de trabalho, os serviços públicos de saúde e o tipo de conhecimento psicológico têm levado a uma dificuldade de se reconhecer a Psicologia como uma profissão de saúde, em particular, de saúde mental.

Curiosamente e apesar disso, no entanto, cresce cada vez mais, em termos absolutos, o número de psicólogos que trabalham em instituições como Juizado de Menores, Creches, Centros de Saúde, Hospitais, Febem etc.

Como essas novas áreas de atuação não foram previstas nos currículos dos cursos de graduação e nem na própria legislação da profissão, não se enquadrando como Clínica, Escolar ou Industrial, estes profissionais são levados a reverem a noção de psicologia, psiquismo etc. Lançam-se, certamente, a um desafio, mas, sem dúvida, ampliam o âmbito de atuação da profissão.

Ao romper com a tripartição tradicional (consultório, escola e empresa), desfigura-se, inclusive, a idéia de que a Psicologia pode lidar com questões mentais apenas nos consultórios particulares e nos hospitais psiquiátricos. Dessa forma, ampliam-se as condições de benefícios que a Psicologia pode trazer para a saúde da população. E, com isso, esperamos, abre-se a possibilidade de essa população se dar conta de que pode exigir, como direito, os atendimentos de saúde mental pelos órgãos públicos encarregados, em última instância, de promoverem a saúde, educação, trabalho etc.



Curtas

PSICOLOGIA 25 ANOS DE PROFISSÃO

Esta é a reprodução do adesivo colorido que o CRP-06 produziu como marca da comemoração. Sua tiragem é limitada e pode ser adquirido na sede do CRP-06.

Morreu Rachel Rosenberg

Rachel Léa Rosenberg faleceu, em São Paulo, no dia 27 de junho último. Ela foi professora do Instituto de Psicologia da USP, durante 20 anos, onde deu cursos de graduação e de pós-graduação, além de inúmeros outros de difusão cultural. Dentro e fora da USP, propiciou a formação de diversos psicólogos que se espalharam pelo país. Em 1969, foi uma das fundadoras do Serviço de Aconselhamento Psicológico, do IPUSP.

É co-autora, com Carl Rogers, de *Pessoa Como Centro*, Editora Pedagógica Universitária, 1977, e organizadora da coletânea *Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa*, E.P.U., 1987.

Foi conselheira do CRP-06, na gestão de 1977-80.

Reproduzimos a seguinte mensagem dos seus colegas:

"Nós, a equipe do Serviço de Aconselhamento Psicológico, do Instituto de Psicologia da USP, queremos expressar a nossa grande dor pelo falecimento da querida colega, amiga e mestra, Rachel Léa Rosenberg, ocorrida no dia 27/06/1987, em São Paulo.

Destacamos, neste momento, a importância de nossa companheira, pela sua presença combativa, inteligente e sensível na construção de uma Psicologia Humanista no Brasil.

Seu jeito de ser profissional e pessoal permanece vivo para aqueles que buscam amor, arte e sabedoria no relacionamento com o outro".

PSICOLOGIA EM DEBATE

Psicologia: Fronteiras entre Conceitos é o ciclo de debates coordenado pelos professores Yves de la Taille e Marlene Guirado e promovido pelo Instituto de Psicologia da USP, a partir do 2º semestre deste ano, com o objetivo de romper o "diálogo de surdos" entre os psicólogos de diferentes "linhas" que, às vezes, simplesmente não conversam entre si, não trocam argumentos e nem informações. Diante desta situação, os organizadores deste evento indagam: "Serão as fronteiras que separam as diversas 'correntes' tão nítidas quanto certos hábitos intelectuais nos fazem crer? Será que a discussão e a interdisciplinaridade não poderão nos mostrar convergências inesperadas, levantar problemas insuspeitos, na medida em que submetemos as nossas teses a pessoas estranhas à nossa 'escola'?"

Com o propósito de aprofundar estes questionamentos, será eleito um tema por vez, a ser apresentado e discutido por especialistas, seguido de debates abertos, ocorrendo a cada seis semanas.

O primeiro debate será "O conceito de análise em Freud, Lacan, Klein e Jung". Este debate propõe-se a recuperar o que se entende por Análise nas psicanálises, pressupondo já um referencial que permite falar em psicoterapia, de um lado, e psicanálise, de outro. Mais especificamente, propõe-se a recuperar o que, nos contextos teóricos de Freud, Lacan, Klein e Jung, pode ser chamado de conceito de análise. Pretende-se assim colocar em discussão como se delimitam, em cada um destes pensadores, possivelmente na diversidade, a condução do processo psicanalítico.

Os expositores convidados deste primeiro debate são: Luiz Carlos Nogueira, Melany Schwartz Copit, Vera Stela Telles e Nairo Vargas. O debatedor: José Augusto Guilhon Albuquerque. A coordenadora: Marlene Guirado.

No dia 31 de agosto de 87, das 14 às 17 horas, no Salão Nobre do IPUSP, Av. Prof. Mello Moraes, 1721, São Paulo.



Os Leitores Escrevem

Lendo "Planejamento Familiar" (na seção "Ponto de Vista", no *Jornal do CRP-06* n° 49), o artigo da colega (quero crer de profissão), Margareth M. Ailha, fui refletir sobre o mesmo e me percebi questionando alguns relatos descritos ali e, por não concordar com algumas coisas, senti-me à vontade para enviar algo a esse respeito.

(...) Os menos favorecidos aprendem "sexo ao léu", cada um procura uma forma para fazer, mas não falar sobre. Todos praticam, alguns planejam, vários sofrem a "inconsequência do ato", que possivelmente já se tornou "repressor".

A maior parcela, muito provavelmente, tem uma renda familiar de qualquer três mil cruzados, o mínimo de filhos é entre 6 e 10. Eles planejam

alguma coisa? Certamente não, mas não são proibidos à reprodução e nem deveriam. Porém, acredito que deveriam ter sido esclarecidos o suficiente para manterem-se "planejados adequadamente"!!!

Onde estão os interessados em preservar o bom nome "família". Interessem-se também em esclarecer estas pessoas, em informá-las, auxiliá-las, educá-las, enfim formá-las como pessoas capazes de compartilhar, pensar e planejar!!!

A Constituinte tem uma história a retomar, tem muito o que fazer e não refazer, tem sim algo novo a criar, condizente com a nossa realidade e não com utopias...

Marli de Oliveira, CRP-06/25648-5

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia — 06
Conselheiros: Aicil Franco, Antonio Carlos Simonian dos Santos, Antonio Waldir Biscaro, Benedito Adalberto Bolletta de Oliveira, Bronia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes de Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Cenise Monte Vicente (licenciada), Dayse Cesar Franco Bernardi, Frida Zolty, José Paulo Correia de Menezes (licenciado), Maralúcia Arenque Ambrósio, Margareth Martha Ailha, Maria Benedita Lima Pardo (licenciada), Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Maria Luiza Scropopi Persicano, Maria Rosejane Pereira Oliveira, Marlene Guirado, Nanci Bühner, Oscar Armani Filho, Regina Heloisa de Oliveira Maciel (licenciada), Rosa Maria Lopes Affonso, Rosely Fátima Sayão, Silvio Leite

da Silva, Sonia Regina Jubelini, Sueli Duarte Pacifico, Yara Sayão.

Sede — São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 — 10º andar — fone (011) 212-8111. **Delegacias — ABC** (Marlene Bueno Zola): Rua Luis Paulo Pinto Flaquer, 519 — 6º andar — sala 61 — fone 444-4000, Santo André. **Assis** (Elizabeth Gelli Yasle): Rua Angelo Bertoncini, 545, fone (0183) 22-6224. **Bauru** (Marly Bighetti Godoy): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 2º andar, s. 205/206, fone (0142) 22-3384. **Campinas** (Hélio José Gilhardi): Rua Barão de Jaguará, 1481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32-5397. **Campo Grande** (Sydney Ferreira Ribeiro Júnior): Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97, fone (067) 382-4801. **Cuiabá** (Marisa Raduenz): Av. Tenente Coronel Duarte, 549, sala 302, fone (065)

322-6902. **Lorena** (Maria da Glória Soares): Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125) 52-1644. **Ribeirão Preto** (Vladimir Marchetto Leite): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar, fone (016) 636-9021. **Santos** (Dorian Rojas Finocchio): Rua Oton Feliciano, 2, conj. 53, fone (0132) 4-6293. **São José do Rio Preto**: Rua 15 de Novembro, 3171, 9º andar, sala 91, fone (0172) 21-2883.

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia 6ª Região.

Comissão de Divulgação e Contato: Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Sueli Duarte Pacifico.

Assessor da Comissão de D. e C.: Roberto Yutaka Sagawa

Jornalista responsável: Vera Helena R. Carneiro Monteiro (MTb 11.578).

Diagramação: Ribamar de Castro Revisão: Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Ilustrações: Rui Montenegro Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084, 10º andar, fone (011) 212-8111, CEP 01452, São Paulo.

Composição, Fotolito e Impressão: Joruês Cia. Editora, fone 815-4999. Tiragem: 27.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas, integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte será referida conforme os originais enviados, os quais sofrerão ou não adaptações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

Constituinte: direita, volver?

Mais uma vez a história das Constituições no Brasil parece querer repetir-se. O País teve sete cartas magnas e todas elas, a começar pela primeira, outorgada e assinada por D. Pedro I, foram promulgadas com participação mínima do Povo que, às vezes, nem tomou conhecimento do momento histórico em que vivia e da importância do que efetivamente estava em jogo nas alturas do poder.

Embora legal, não é legítimo

Os anos de 1985 e 1986 foram de muita mobilização. "Destá vez será diferente", garantiram os mais otimistas, carregando faixas e cartazes reivindicando uma Assembleia Constituinte livre, democrática e soberana. Mas tal, mais uma vez, não aconteceu: o Congresso Constituinte que aí está não corresponde ao anseio das vozes que se mobilizaram em 85 e 86, porque não é representativo. Embora legal, não é legítimo, pois é filho em linha direta da "emenda Sarney", que delegou poderes constituintes a deputados e senadores e sujeitou a participação popular a formas de burocracia previamente determinadas. Como se não bastasse, ainda foi gerado através de uma eleição extremamente corrupta do ponto de vista do poderio econômico.

O resultado é mostrado de forma esquemática por um levantamento realizado pelo jornal "Folha de S. Paulo", onde, do total de 559 parlamentares constituintes, 69 eram de direita, 131 denominaram-se de centro-direita, 181 de centro, 126 de centro-esquerda e de esquerda somente 52.

Mais conservadores do que progressistas

Dentro da ala considerada progressista, que são os parlamentares identificados ideologicamente com a esquerda, a tendência é de se aglutinar num bloco, independentemente de partido.

Entre os dois grandes segmentos — direita com maior peso no Congresso Constituinte e esquerda com peso menor, mas bastante aglutinada — as divergências se dão em quase todas as questões que envolvem os parágrafos da futura Constituição. Os denominados direita e

centro-direita, por exemplo, lutam pela privatização cada vez maior de setores da economia, enquanto os progressistas, ao contrário, defendem sua estatização.

Diante do fato consumado de que o Congresso Constituinte que aí está é de caráter nitidamente conservador, corre-se o grande risco de se assistir à fabricação de uma ordenação jurídica que tem por única finalidade garantir direitos a uma minoria que está no poder e nele se mantém por razões de ordem econômica. E a questão é simples: uma Constituição que privilegia as classes dominantes não contemplará garantias básicas de qualquer cidadão no que se refere a direito à terra, à moradia, trabalho, saúde e educação. A preocupação excessiva de conservar a ordem social a qualquer preço, mesmo nos pontos onde ela precisa ser mudada urgentemente, pode afastar mais ainda o País da lista das nações democráticas.

Saúde e educação: garantias básicas

Diante desse quadro, onde as correlações de forças estão bastante desiguais, como fazer para garantir um avanço em questões fundamentais dentro da atual conjuntura política?

O CRP-06 tem pautado seus trabalhos em torno de duas questões ligadas diretamente ao psicólogo, enquanto profissional: saúde e educação.

A única brecha pela qual pode passar a efetiva participação da sociedade civil no processo Constituinte é, neste momento, o que se convencionou chamar de emendas de iniciativa popular que, quando encampadas por entidades ou associações reconhecidas e acompanhadas com a assinatura de 30.000 eleitores, podem ser apreciadas no Congresso Constituinte. Desta forma, o CRP-06 tem se mobilizado e dirigido suas forças no sentido de ampliar as discussões sobre as emendas mais pertinentes à categoria.

A proposta de emenda popular de saúde inspirou-se em grande parte nas conclusões da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que têm como eixo central a garantia do controle de todos os serviços de saúde pelo Estado, inclusive os serviços privados, que seriam inseridos em um Programa Nacional Unificado e Integrado, gerido pelo governo.



O Plenário (quase) vazio do Congresso Constituinte, na sessão de 23/07/87.

Privatização ou estatização

Dentro da plataforma política que rege a atual gestão do CRP-06 destaca-se a luta pela estatização dos serviços de saúde. No entanto, a possibilidade de não se tornar um dos parágrafos da futura Constituição faz com que o Conselho se mobilize junto à categoria no sentido de garantir, se não todos, pelo menos alguns dos pontos contemplados na iniciativa popular, entre eles a implantação de um sistema único, com a participação de setores privados, mas com o controle do Estado. Contraopondo-se à emenda popular, as forças da direita querem conservar, a todo custo, a dicotomia entre as ações de saúde do governo e da iniciativa particular. Esta última, com um caráter meramente lucrativo, numa estrutura injusta que não previne, cura ou serve a grande parte do Povo Brasileiro.

Outra questão contemplada pela emenda popular de saúde refere-se ao ponto que delega ao poder público a faculdade de desapropriar ou expropriar os serviços de natureza privada necessários ao alcance dos objetivos da política nacional de saúde. Essa questão é a que tem motivado mais insistentemente a ação dos lobbies no Congresso Constituinte. Sabe-se que existe uma articulação muito forte da Associação dos Hospitais de São Paulo que, em nome de uma pretensa liberdade de iniciativa, vem se organizando para impedir avanços que apontem para uma possível estatização desses serviços.

Por um ensino público e gratuito

Em relação à emenda de iniciativa popular de educação, que o CRP-06 também vem endossando, coloca-se como prioritária a garantia do ensino público e gratuito em todos os níveis, inclusive o supe-

rior. No âmbito dessa questão, o que se tem no atual momento são posições divergentes dentro dos setores denominados progressistas do Congresso Constituinte, com alguns desses parlamentares defendendo a iniciativa privada, conquanto que se garanta a qualidade do ensino, embora todos admitam que é preciso evitar a mercantilização da educação; prática esta que vem ocorrendo de forma intensa nos últimos anos com o esvaziamento da escola pública e a depreciação da qualidade do ensino.

É importante ressaltar que existe outro ponto polêmico: as verbas para o setor. Enquanto o anteprojeto encaminhado para a comissão de sistematização prevê um percentual de 18%, a proposta de iniciativa popular garante 13% dos recursos da União aplicados no setor. Isto porque a proposta que já está incorporada ao anteprojeto abre espaço para que o Estado repasse recursos para o ensino particular, enquanto a proposta de iniciativa popular, embora tenha fixado um percentual menor, admite sua aplicação exclusiva no ensino público municipal, estadual e federal.

A participação da categoria

O CRP-06 acredita que a participação de cada um no processo de mobilização e acompanhamento dessas emendas populares é decisiva para que algumas questões possam ser votadas favoravelmente aos interesses sociais, quando da sua apreciação pela comissão de sistematização, que será encarregada de elaborar o parecer sobre elas. Enquanto entidade, o Conselho tem chamado a categoria para discutir a importância deste processo e conta para isto com um grupo de trabalho que tem acompanhado sistematicamente as discussões do Congresso Constituinte e que tem como objetivo informar e mobilizar a categoria sobre tudo o que diz respeito, principalmente, às questões mais específicas, mais pertinentes aos psicólogos.

COMO SE CONSTRÓI

Neste ano em que o Congresso Constituinte está elaborando a nova Constituição, completamos 25 anos de regulamentação de nossa profissão pela lei n.º 4.119. De 27 de agosto de 1962 até hoje, a Psicologia como ciência e profissão vem vivendo transformações e construindo a sua história no país.

Na constituição da nossa Psicologia, existem duas vertentes que são articuladas entre si: o desenvolvimento técnico-profissional, abordado nesta página; e a atuação organizativa-política, na página ao lado.

Embora as áreas educacional e organizacional tenham sido exercidas por alguns especialistas no país, desde os anos 30 e 40, a clínica foi a área que apresentou maiores crises na definição de atribuições específicas do psicólogo.

A Clínica: dificuldades e tendências

Vera Königsberger, professora aposentada que trabalhou na PUC de Campinas, no Instituto Sedes Sapientiae e na Escola Paulista de Medicina e que hoje está trabalhando somente em consultório particular, formou-se pela USP quando já havia o reconhecimento da profissão. Ela relembrou que foi uma das pioneiras em trabalhar em consultório particular sem adotar a praxe de atuar com o controle ou dependência de um psiquiatra. Hoje, isso não acontece mais, embora o problema dos limites de atuação profissional não seja um capítulo totalmente encerrado de nossa história como demonstrou o projeto Julianelli que, no início desta década, teve a pretensão de tornar a psicoterapia uma exclusividade dos médicos, mas que felizmente deixou de tramitar no Congresso Nacional e já foi arquivado.

Vera Königsberger possui uma experiência de trabalho em diversos órgãos de saúde (como Serviço de Higiene Mental do Estado, onde trabalhou em 1964 e 65, Instituto Sedes Sapientiae, de 1964 a 85, e Hospital Psiquiátrico da Água Funda, de 1975 a 79), que atendem os segmentos de baixa renda da população, gratuitamente ou a preços acessíveis. Com base em sua experiência, afirmou que "a psicologia clínica desenvolveu-se insuficientemente em termos de uma grande massa da população ter acesso ao atendimento psicológico". Mesmo quem tem acesso a este atendimento, sofre as conseqüências dos limites institucionais que não dependem do esforço isolado do psicólogo em prestar um serviço de qualidade, mas dependem de cada instituição possibilitar ou não estas condições necessárias.

Enfatizando uma outra área crítica da Psicologia Clínica, Ana Ve-

rônica Mautner, que se formou nos anos 60 pela USP, foi professora na mesma Universidade e que atende em consultório particular, afirmou que a regulamentação da profissão delimitou o uso de testes psicológicos como sendo exclusividade dos psicólogos. Na opinião de Ana Verônica, "a população assim como as autoridades atribuem um valor de relevância para os testes, mas eles estão extremamente desprestigiados pelos próprios psicólogos. Eu acho isso muito estranho porque os testes são, de alguma maneira, um instrumento de medida, com as suas limitações. Não são a panacéia do mundo e nem dão a radiografia psicológica, mas têm importância em um psicodiagnóstico."

Com alguns dos problemas apontados acima e outros a serem apontados ainda, a clínica apresenta hoje uma diversidade de "linhas" teóricas e técnicas psicoterápicas, assim como a concepção do trabalho clínico começa a ser questionado como algo restrito ao atendimento fechado em quatro paredes e passa a ser concebido como uma atuação do psicólogo que leva em consideração as condições de saúde da população.

A Organizacional: conquistas pela atuação

Assim como a clínica, a Psicologia Organizacional começou a ser implantada antes da regulamentação da lei por profissionais de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), sob a coordenação de Roberto Mange, em São Paulo, ou o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), dirigido por Emílio Mira y Lopez, no Rio de Janeiro, durante as décadas de 40 e 50. Entre tais profissionais ainda atuantes, consta Efraim Rojas Boccallandro, professor na Faculdade de Psicologia da PUC-SP, consultor de empresas e que também trabalha como psicoterapeuta em consultório particular. Ele trabalhou no ISOP, durante a segunda metade dos anos 50, onde fazia psicodiagnóstico e seleção de pessoal, com uso de testes. Até meados dos anos 60, trabalhou em diversas outras empresas estatais e privadas, relatando que a psicologia organizacional permaneceu restrita à seleção de pessoal. Avaliando este período, afirmou: "Este era um trabalho limitado que servia aos interesses do empregador que queria obter uma mão-de-obra melhor qualificada no sentido de se adaptar bem às condições de trabalho".

A partir da segunda metade dos anos 60, o psicólogo começou a se assumir mais como profissional nessa área, conquistando novos espaços de trabalho como aconteceu com o treinamento de pessoal nas empresas. Este recebeu grande impulso, principalmente em meados dos anos 70, quando saiu uma lei que favoreceu o investimento das empresas em treinamento de pessoal, sendo depois deduzido do Imposto de Renda.

Com a introdução de avaliação de desempenho, inaugurou-se uma nova fase da psicologia organizacional. Segundo Efraim R. Boccallandro: "Apesar da influência norte-americana inicial, criamos um modelo próprio no Brasil. Hoje nós procuramos avaliar o currículo de

cada trabalhador, quais são as habilidades que possui e que podem ser melhor aproveitadas, com o objetivo de que faça uma melhor carreira dentro da empresa. Esse tipo de política de desenvolvimento de pessoal vem sendo desenvolvida bem recentemente".

A Educacional: atendimento de setores populares

A Psicologia Educacional pode abranger não somente as instituições escolares como também as demais que tenham alcance educacional. Além de não ter conseguido esta abrangência, a Psicologia Educacional nem mesmo se desenvolveu suficientemente na maioria das escolas públicas ou privadas. Ela é considerada como secundária pelas autoridades e instituições, assim como tudo que se refere à educação, no país. Esta é a constatação de Yvonne A. Gonçalves Khouri, conselheira do C.F.P., quando procurou contextualizar uma das experiências pioneiras, em São Paulo.

Em 1956, o Departamento de Educação, Assistência e Recreio, órgão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, possuía uma equipe de educadores atuando nos parques infantis (transformados hoje em escolas de educação infantil), onde permaneciam crianças de 3 a 12 anos, nos bairros populares, quando elas estavam fora do horário de aulas. Ali, as crianças eram atendidas a nível de nutrição, educação física, lazer, saúde etc.

Os educadores perceberam que algumas crianças tinham necessidade de receber atendimento psicológico. Estes educadores foram fazer, em 1959, o curso de especialização de Psicologia na USP e na PUC, com o objetivo de se prepararem para tal atendimento.

Quando houve a regulamentação da profissão, o setor de psicologia já tinha acumulado experiência. Para Yvonne Khouri, "inicialmente, o atendimento de crianças era inspirado no modelo mais clássico ou clínico, baseado em psicodiagnóstico (entrevistas, testes etc.), e dando ênfase à orientação de pais, de professores etc. Em 1972, fizemos um levantamento das causas pelas quais as crianças eram levadas às clínicas psicológicas. Constatamos que a grande maioria tinha problemas de aprendizagem. Através de estudos de caso, pudemos verificar que as crianças apresentavam possibilidades individuais de aprendizagem, caso a escola fosse estruturada de outra maneira".

A partir destas conclusões, foi feita uma experiência com três psicólogos que passaram a atuar, de maneira preventiva, na própria escola, junto a alunos, pais e professores, enfim junto à instituição. Essa experiência foi bem sucedida e passou a ser adotada também por outras escolas.

Avaliando o trabalho do psicólogo educacional, Yvonne Khouri afirmou: "O problema educacional é a desvinculação que existe entre a realidade da criança e a educação proposta pela escola. Tentamos mostrar que é preciso transformar a escola no sentido de ajustá-la às características da criança e não fazer as crianças se ajusta-



rem a um tipo de escola que nada tem a ver com elas".

Em 1978, o grupo de psicólogos educacionais da Prefeitura de São Paulo tomou uma iniciativa pioneira ao realizar o 1º Encontro de Psicólogos Educacionais. Posteriormente, foram promovidos mais três Encontros. E não há previsão de um próximo Encontro.

Atualmente, a Comissão de Educação do CRP-06 está realizando reuniões para mobilizar os psicólogos educacionais que atuam nos municípios do Estado de São Paulo, procurando conquistar condições de desenvolver um trabalho participativo, dentro da política atual de descentralização do ensino de pré-escola e de 1º grau.

A organização política da profissão

Antes mesmo do reconhecimento da profissão, existiram entidades como a Sociedade de Psicologia de São Paulo, fundada em 1945, que chegou a ter um número significativo de filiações de profissionais e estudiosos interessados nessa disciplina, caracterizando-se como uma associação científica. Com o reconhecimento da Lei, a Sociedade de Psicologia de São Paulo passou a exercer nesta região as atribuições de regulamentar e fiscalizar a profissão, assim como lidar com questões trabalhistas. Esta entidade exercia estas atribuições sem uma base jurídico-formal e, por isso mesmo, uma de suas lutas foi possibilitar a criação dos Conselhos de Psicologia e do Sindicato dos Psicólogos.

A criação de entidades representativas

No início da década de 70, surgiu uma proposta de modificação da

DI A NOSSA HISTÓRIA?



regulamentação profissional do psicólogo feita por alguns médicos no Ministério da Saúde. Nesta época, Mathilde Neder, professora de Psicologia na PUC-SP, exercia o cargo de presidente da Sociedade de Psicologia de São Paulo e fez uma campanha defendendo a regulamentação da profissão e "tornando público e notório que queríamos a criação dos Conselhos de Psicologia". Essa reivindicação da categoria foi concretizada pela Lei 5.766, de dezembro de 1971, que regulamentou sobre os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia.

Outra iniciativa apoiada pela Sociedade de Psicologia de São Paulo foi a criação de um Sindicato da categoria. Reconstituindo a sua participação nesta época, Mathilde Neder afirmou: "Havia muitas exigências governamentais para se criar um Sindicato. Quanto mais demorássemos para isso, mais difícil se tornaria porque estava aumentando rapidamente o número de psicólogos inscritos nos Conselhos. Nós fizemos campanha para cada um de nós conseguirmos um certo número de associados. Queríamos ser sindicalizados". Em dezembro de 1969, foi criada a Associação Profissional dos Psicólogos no Estado de São Paulo, conforme as exigências governamentais. Em abril de 1972, houve uma Assembleia da categoria em que se decidiu pela criação de um Sindicato. Em agosto de 1973, foi expedida pelo Ministério do Trabalho a Carta Sindical, legitimando o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo.

Surge um movimento de oposição

A partir da Reforma Universitária promovida pela ditadura militar, no início dos anos 70, e que provocou a multiplicação rápida de faculdades no País, o número de psicólogos também se tornou muito grande. Os problemas acentuaram-se de forma notável para a categoria, sobretudo envolvendo aqueles formados recentemente.

Em 1978, foi promovido um Fórum de Debates, com o apoio de Madre Cristina, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Esse Fórum refletia a necessidade de os psicólogos se reunirem para discutir conjuntamente qual era a situação concreta da profissão, naquele momento. De uma pesquisa feita pelos participantes do Fórum e das discussões sobre os dados desta pesquisa, concluiu-se: a profissão está com o mercado restrito, salários baixos, condições precárias de trabalho etc. Diante desta conclusão, o Fórum, que contou com um grande número de psicólogos, foi transformado num movimento de oposição para concorrer às eleições no Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e no CRP-06, pois através destas entidades poderiam atuar de forma organizada para mudar a situação constatada.

Quanto ao Sindicato dos Psicólogos, nenhum dos psicólogos presentes no Fórum sabia, inicialmente, de sua existência. Além de descobrir que este já existia, tomaram conhecimento de que haveria uma eleição em novembro de 1979. Formou-se uma chapa de oposição no Fórum e trabalhou-se naquele ano para aumentar o número de colegas sindicalizados. Nesta eleição, a oposição concorreu com a situação e obteve a vitória, em primeiro escrutínio.

A história e a consciência política

Ana M. Bahia Bock, ex-presidente do Sindicato dos Psicólogos no E.S.P. e atual presidente da Federação Nacional dos Psicólogos, declarou: "O nosso movimento de oposição começou em 1979 e não foi casualmente. O problema do nosso Sindicato até esse período não foram os seus dirigentes. Não podemos ir além do que a história nos possibilita e a história da nossa categoria não possibilitava antes um avanço de consciência política muito grande. O Sindicato foi um representante autêntico dessa omissão. Nós ganhamos as eleições em 1979 porque foi o momento oportuno e possível de acontecer isso. Naquela época, o sindicalismo em geral volta a ganhar força na história da sociedade brasileira, contra o peleguismo estabelecido então".

Nestes últimos nove anos, os componentes eleitos da diretoria do Sindicato dos Psicólogos no E.S.P. mudaram com as três gestões sucessivas, mas, segundo Ana M. Bahia Bock, "todos estão afinados com a proposta de um Sindicato atuante e representativo da categoria. Para nós, tornou-se um lema que o psicólogo é um trabalhador. Em geral, é considerado um profissional liberal, o dono dos seus meios de produção. Isto é hoje um sonho de psicólogo porque a maioria não é mais predominantemente liberal e mantém um duplo vínculo de trabalho: de um lado, tem consultório particular, de outro, trabalha como assalariado (professor, consultor numa empresa, numa escola etc.). O psicólogo está vendendo a sua força de trabalho ao capital e isto nos torna um trabalhador. Aos poucos, a categoria vem desenvolvendo uma consciência política, enquanto trabalhador".

O que mudou no CRP-06, depois de 1980

O movimento de oposição, que formou a chapa eleita do Sindicato dos Psicólogos em 1979, foi o mesmo que deu origem a uma chapa de oposição na eleição do CRP-06, em 1980, da qual saiu vitoriosa, tendo concorrido com uma chapa da situação. O plenário de conselheiros eleitos desenvolveu um programa de trabalho político com a categoria, que se diferenciava bem do adotado até então. Antes, tratou-se de um político restrito a ser legalista, burocratizante, com ênfase na fiscalização profissional. A partir de 1980, procurou-se imprimir uma política que fosse menos restritiva, tentando promover a organização dos psicólogos, assim como estimular a prática de manter debates vivos sobre questões afeitas ao trabalho, que abrangem as dimensões ética, técnica, teórica, salarial etc.

Até 1980, o CRP-06 funcionou com base somente nas Comissões "oficiais" como as de Divulgação, Fiscalização, Ética e Diretoria. Depois, foram criadas novas Comissões, diversificando as existentes, como as de Saúde, Educação, Trabalho, Trânsito etc. Além de estarem incluídos os Conselheiros, foram convidados outros psicólogos para trabalharem juntos nestas Comissões, chamadas de "extra-oficiais". Essa orientação adotada pela gestão de 1980 teve continuidade com a eleição da chapa Palavra Aberta, em 1983, e está sendo aprofundada na atual gestão, eleita em 1986.

A política aliada ao técnico profissional

A mudança político-organizativa ocorrida na gestão de 1980 vem se desdobrando nas duas últimas gestões. A esse respeito, Marlene Guirado, Conselheira-presidente do CRP-06, que participou das duas úl-

timas gestões, declarou: "No final da gestão Palavra Aberta, eleita em 1983, houve uma mudança qualitativa no que se refere à atuação do CRP-06, aliada à mobilização da categoria. Constatamos que os psicólogos se reúnem para discutir questões relativas à profissão, no que eles sentem como deficitário na sua formação. Fizemos diversos Encontros, como o de 'Psicologia e Instituição', 'Mulher e Saúde Mental', 'Psicologia e Trabalho', reunindo um número significativo de interessados em aprofundar as questões nestas áreas. Estimulados por estes eventos, muitos psicólogos vieram procurar o CRP-06 por um motivo que não fosse o burocrático e sim técnico-profissional. Este tornou-se a base de um posicionamento que começou a se esboçar como atuação organizativa. Por exemplo, o Encontro sobre 'Psicologia e Instituição' foi bem marcante. Os participantes tiraram uma bandeira de luta dos psicólogos que trabalham em instituições: a supervisão deles deve passar a ser remunerada pela instituição e não mais pelo próprio psicólogo".

Esta atuação da chapa Palavra Aberta continua sendo desenvolvida na atual gestão. E mais ainda, a atual gestão começou a explorar novas perspectivas, que já se faziam prenunciar nas gestões anteriores. A esse respeito, Marlene Guirado ressaltou: "As duas últimas gestões do CRP-06 entendiam, num primeiro momento, a participação política como sendo um convite para os psicólogos virem discutir questões políticas gerais do País e as específicas da profissão. Além de permanecer considerando relevante esta contribuição, a atual gestão vem amadurecendo bem recentemente outra mudança qualitativa: a de criar e manter diálogo com a população em geral sobre o trabalho que a psicologia pode realizar. Abre-se, assim, o canal de comunicação para que se explicitem quais são as necessidades a serem atendidas, pois o atendimento psicológico é um direito de saúde da população".

25 Anos: estamos no vídeo.

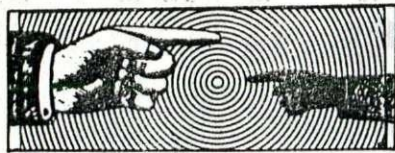
Uma das atividades de comemoração produzidas pelo CRP-06 é um vídeo, com duração aproximada de meia hora, a cores, que tem o objetivo de informar a população em geral sobre as diversas áreas de trabalho e de atuação profissional do psicólogo. É uma iniciativa que marca um momento histórico da Psicologia.

O lançamento oficial deste vídeo será feito em ocasião especial este ano: dia 27 de agosto, às 19h30m, na Câmara Municipal, Auditório Teotônio Vilela, Viaduto Jacareí, 100, 6º andar, São Paulo. Neste mesmo dia e local, o CRP-06 realizará uma mesa-redonda que abordará o tema: Psicólogo, um profissional de saúde?

Outras atividades estão programadas conjuntamente pelo CRP-06 e pelo Sindicato dos Psicólogos no E.S.P., sobre os seguintes temas: "O psicólogo e a crise brasileira", dia 24 de agosto; "O psicólogo e a discriminação no trabalho", dia 25 de agosto; "Psicólogo: formação, profissão e trabalho", dia 26 de agosto. Todos estes debates acontecerão também na Câmara Municipal, em São Paulo.

No dia 27 de agosto, após o lançamento do vídeo, haverá uma festa no Café Piu Piu.

MONTENEGRO



Ponto de Vista

Formação e política

A dispensa de professores e supervisores, realizada anualmente pelas entidades mantenedoras das faculdades particulares, deve ser entendida em todo seu alcance e não apenas como simples ato de abuso e exploração cometido por comerciantes inescrupulosos acostumados à impunidade. Esse ato é mais um dos resultados de uma política de privatização do ensino superior que teve como objetivos principais abrandar as pressões populares sobre a universidade e, sobretudo, facilitar o controle político-ideológico de parte da população.

Assim, por volta dos anos 80, as escolas privadas lançavam no mercado profissionais eficientes, na melhor das hipóteses, mas absolutamente incapazes de refletir sobre sua prática social, histórica e política, pois, além de esquentar os bancos escolares, nada tinham feito a não ser estudar o que tinha que ser estudado para provas.

As conseqüências estendem-se até os dias de hoje: ensino livreiro, teórico; a teoria como coisa aprendida e não como produto da reflexão sobre a prática; conteúdo reprodutor, ausência de postura exploratória diante dos dados do saber; educação abstrata, idealizada, inexistência de projetos sociais, as clínicas-escolas não prestam serviços à comunidade, mas esta é que oferece suas almas para a realiza-

ção de "terapias breves" de umas poucas entrevistas.

O caleidoscópio, quando focado diretamente sobre o ensino da psicologia, também revela mazelas que chegam até os dias de hoje: classes lotadas, prática com ratos, estudo superficial de fisiologia ("já que isto não tem interesse ao psicólogo"), ensino compartimentado em disciplinas formais, não relacionadas entre si, atendendo a determinações do C.F.E. (temos que ter em mente que a Psicologia em si mesma já é uma abstração, pois estuda o ser humano a partir de componentes abstratos como personalidade, aprendizagem, etc..., esquecendo-se de outras dimensões da realidade).

O resultado desta dupla abstração é um profissional ingênuo, idealizador de sua especialidade, o que explica a estreiteza de sua visão corporativista.

Certamente abrem-se novos caminhos. A ruptura entre o saber e a realidade é contestada. A obediência que marcou a "geração AI-5" cede lugar à participação política. O exercício profissional vai pouco a pouco sendo debatido entre os estudantes e este é um debate político que implica uma revisão das formas de trabalho do professor e da postura do aluno e que leva ao reconhecimento e ao combate das forças que oprimem durante todo o desenrolar do processo.

Dirceu R. Carvalho
CRP-06/0090-6



Anote

O CRP-06 não se responsabiliza pela qualidade dos cursos e atividades que são anunciados aqui, onde não há a finalidade de fazer propaganda de psicólogos ou de instituições.

■ A Biblioteca Freudiana Brasileira realizará, em 28 e 29 de agosto próximo, em Lorena, Curso de Psicanálise. O evento conta com o apoio da Coordenação do Curso de Psicologia da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, do CEPPI - Centro de Estudos Psicológicos e da Prefeitura Municipal daquela cidade. Maiores informações na sede da Delegacia Regional do CRP-06 em Lorena ou na secretaria do curso de Psicologia da Faculdade Salesiana.

■ O Agora promoverá em setembro o curso **Introdução aos Aspectos Psicossomáticos**, destinado a profissionais da área de saúde mental, e "work-shop" abertos, destinado a profissionais de psicologia. Informações e inscrições: Rua Ernest Marcus nº 5 - fone (011) 256-8666, com Sueli ou Marta.

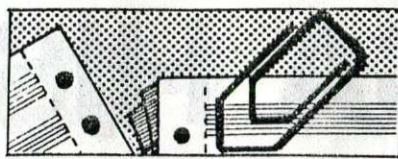
■ Será realizado em Havana, Cuba, de 15 a 19 de fevereiro de 88, o **II Encontro Latino-Americano de Psicologia Marxista e Psicanálise-intercâmbio de experiências, práticas e teorias**. Os interessados em obter maiores informações podem enviar correspondência ou telefonar para a secretaria do Encontro

- Rua Wanderley, 1386 - CEP 05011 - São Paulo - SP - fone (011) 62-0140.

■ A Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica promoverá, a partir de setembro, palestra e conferências abertas ao público e supervisões abertas a profissionais da área. Maiores informações à Rua do Livramento, 133 - fone (011) 884-4180 - São Paulo.

■ **Curso de Especialização em Terapia Familiar**. Destinado a psicólogos e psiquiatras, com um mínimo de cinco anos de prática em psicoterapia e com alguma experiência na área de terapia familiar, terá início em 27 de agosto. Inscrição, seleção e matrícula no próprio local do curso: Rua Caiubi, 636 - Perdizes - CEP 05010 - São Paulo - SP - fone (011) 65-5291.

■ Será realizado no Hotel Meridien, em Salvador, Bahia, de 7 a 10 de outubro de 87, o **IV Encontro Nacional de Administradores e Psicólogos e I Encontro Baiano de Recursos Humanos**. Informações e inscrições: Av. Antonio Carlos Magalhães, 846 - Itagira - Bahia - fones (071) 240-2599 e 258-5331.



Agenda

30/06/87 - Os conselheiros Antonio Carlos Simonian dos Santos, Bronia Liebesny, Maralúcia Arenque Ambrósio e Rosa Maria Lopes Affonso, da Comissão de Ética, e Aicil Franco, da Comissão de Supervisão, estiveram em reunião, na sede do CRP-06, com coordenadores, supervisores e representantes de alunos para tratar de questões pertinentes às clínicas-escola. Participaram ainda Ana Lúcia C. Matos e Cristina Mileo, coordenadora e fiscal da Comissão de Orientação e Fiscalização respectivamente.

8/6/87 - As conselheiras Frida Zolty, Sonia Regina Jubelini e Margaret Martha Arilha, da Comissão de Saúde, estiveram em reunião com psicólogos que atendem como credenciados em convênios, para tratar de problemas que estes profissionais vêm encontrando na área.

9/7/87 - O CRP-06 e o Sindicato dos Psicólogos promoveram, no auditório do Sindicato dos Jornalistas, um debate com a categoria em torno das propostas de iniciativa popular de Saúde e Educação na Constituinte.



Delegacias

S. José do Rio Preto

Profissionais de São José do Rio Preto estão se reunindo todas as sextas-feiras, às 16:00 horas, na sede da Delegacia Regional, para organizar o I Encontro de Psicólogos e Assistentes Sociais. O Encontro visa, entre outras questões, definir melhor o campo de atuação destes profissionais dentro da equipe multidisciplinar. A Comissão organizadora do evento espera que os psicólogos da região se manifestem e participem!

Grande ABC

A Delegacia Regional do CRP-06 do Grande ABC pretende desencadear, a partir do dia 26 de agosto, uma série de eventos sobre o tema "Psicologia no Brasil - Realidade e Perspectiva", com o objetivo de comemorar o jubileu de prata de regulamentação da profissão no Brasil. Neste dia, será apresentado também, às 20:00 horas, o vídeo "Psicólogo: 25 anos de Profissão".

Representantes da Delegacia acreditam que a regulamentação "não implica o reconhecimento real do psicólogo e que o importante é a mobilização de todos neste momento particularmente sensível da categoria e da realidade brasileira".

Para tal, foi enviado um questionário para os psicólogos, com o qual a Delegacia procurará cadastrar e confeccionar o perfil do profissional na região.

Paralelamente às programações dos 25 anos - e seguindo a linha que tem pautado os trabalhos da atual gestão do CRP-06 - a Delegacia realizou dia 20 de julho passado, em sua sede, um debate sobre saúde e educação, temas que fazem parte das propostas encaminhadas por este Conselho à Constituinte.

A delegacia de Santo André (ABC) tem novo horário de atendimento ao público: das 15 às 20 horas.

Campo Grande

Os psicólogos da região de Campo Grande, através da Delegacia Regional e da APP-Associação Profissional de Psicólogos, em Mato Grosso do Sul, estão desenvolvendo uma intensa programação em comemoração aos 25 anos de reconhecimento da profissão.

As atividades nesse sentido iniciaram-se em julho, quando foi realizada uma entrevista na TV Cidade Branca (Globo), com duração de

15 minutos. Na ocasião, os representantes regionais da categoria tiveram a oportunidade de falar sobre o exercício profissional e, principalmente, sobre o significado das comemorações dos 25 anos, nas quais o CRP-06 está depositando tanto empenho.

Dando prosseguimento às atividades, foram proferidas palestras aos alunos de Psicologia na Universidade local, onde, além dos temas já levantados no programa de televisão, falaram também sobre a importância da mobilização da categoria no atual processo Constituinte e a sua forma de participação, através das emendas populares, especialmente as que o Conselho vem apoiando. Outro ponto que mereceu destaque durante as palestras foi o documento sobre supervisão nas faculdades.

As comemorações do jubileu de prata se estenderão até o final do ano. Fazem parte do calendário, programações mensais tanto para os profissionais quanto para a população em geral, através de cursos, palestras, espaço em programas de televisão e jornais.

Os eventos que acontecerão no dia 27 de agosto pretendem abranger os profissionais e os estudantes. Serão realizados concomitantemente o IV Encontro Estadual de Prevenção ao Uso de Entorpecentes, o II Encontro Estadual das Primeiras-Damas e o I Seminário Sulmatogrossense de Psicologia.

A decisão em se fazer uma programação conjunta surgiu da necessidade prática, já que, segundo os representantes regionais, as datas coincidiam. Dos eventos constam duas palestras com representantes do Conselho, que enfocarão aspectos históricos da formação profissional.

Bauru

A Comissão de Trabalho da Delegacia de Bauru vem realizando todo terceiro sábado de cada mês, às 9:00 horas, em sua sede, reunião para levantar e encaminhar os problemas que a categoria enfrenta no cotidiano de sua prática.

Alguns assuntos já foram abordados em reuniões anteriores. Entre eles, Penitenciária de Pirajui, psicólogos credenciados em convênios e Secretaria do Trabalho.

A Comissão convida a todos que tenham interesse, para participar, pois só assim se garantirá o espaço e o fortalecimento da categoria na região.



FREUD

EM PROMOÇÃO

EM PORTUGUÊS
OBRAS COMPLETAS
24 VOLUMES

EDITORA IMAGO
EDIÇÃO 87

EM ESPANHOL
3 VOLUMES
EDITORA NUEVA

FACILITO EM 4 VEZES
SEM ACRÉSCIMO

RENATO - FONES (011) 255-5777 e 255-5090 - ramal 8396

Narciso e o mito da modernidade

Olgária Chaim Féres Matos



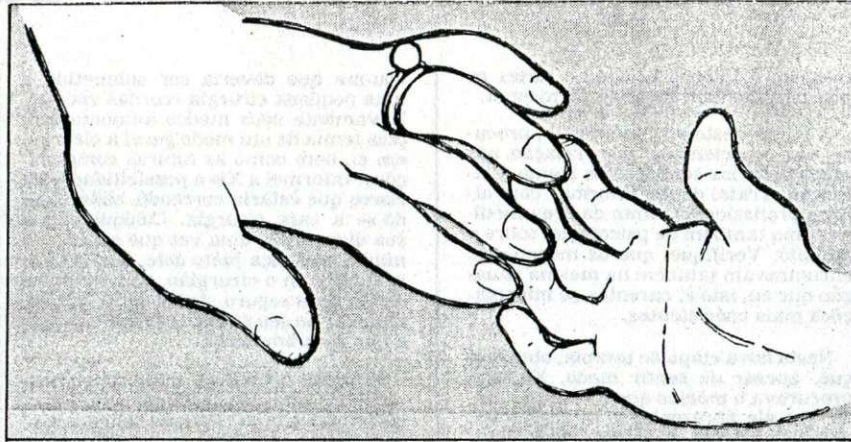
Fragmentos de Metamorfose: Cuidado Materno e Cuidado Psicoterapêutico, de Norberto Abreu e Silva Neto, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1986, 136 páginas, é um trabalho de Doutorado. Como tal pertenceria ao **more geométrico demonstrata**, onde as reflexões se encadeiam preferencialmente a partir da "ordem das razões" mais do que segundo a "ordem das matérias", passando da "ordem do mundo" para o "mundo da ordem". Tal procedimento, ao privilegiar o tempo lógico na pesquisa, abre mão do tempo histórico, das vicissitudes, hesitações, avanços, recuos, isto é, da liberdade.

Norberto Abreu e Silva Neto realiza um trabalho essencial: sua dissertação se apresenta antes de mais nada como um Memorial. Memorial que é história acadêmica mas que se constrói, corrige, metamorfoseia. E ponto significativo, o Memorial é uma recordação. Que se pense em Blanchot: "De que é que o escritor deve recordar-se? De si mesmo, daquele que é quando não escreve, quando vive sua vida cotidiana, quando é um ser vivente e verdadeiro, não agonizante e sem verdade".

Este caminho não poderia ser linear ou dedutivo. Constitui o trabalho, errâncias pessoais, convívios intelectuais e sentimentais — horizonte da experiência profissional. O trabalho dá, portanto, relevo especial ao tempo. Razão pela qual ele se quer, voluntariamente, um ensaio, um ensai, uma tentativa de aproximação das questões abordadas. Não se trata de tratado ou compêndio. Seu sentido é múltiplo, nômade, inconcluso.

É esta a estrutura que Norberto nos abre e a qual nos entrega para suas reflexões acerca da maternidade, ou melhor, do cuidado materno. A tabulação dos dados, a construção dos problemas, questionários e interpretações irradiam sentidos, não são tomados como respostas de um sistema binário, de onde a possibilidade do questionamento de objeto escolhido e do método aplicado: "no decorrer da pesquisa, observa Norberto, acabei me detendo no exame do próprio discurso da psicologia científica moderna pois este foi indicado por Oracy Nogueira (...) como agente modelador das atitudes de pais com relação à 'boa' educação de crianças. Na medida em que o discurso da psicologia sobre a criança e sua socialização oferecia as crenças norteadoras dos métodos modernos de criação de filhos, o foco da pesquisa deslocou-se: não interessava mais o discurso das mães modulado pelo instrumento cientí-

fico mas o discurso sobre a mãe e seus modos de proceder na educação dos filhos, particularmente o discurso apresentado na literatura de orientação psicanalítica" (p.3). O discurso da ciência é normatizador, explica o que é viver, viver bem, o que é ser mãe, boa mãe. Deste eixo, as preocupações de Norberto apontam para outro, pré-requisito e fundamento para uma abordagem ulterior da questão: o estar-no-mundo, o Dasein. Deste ponto de vista, o sujeito lógico antes de se produzir como sujeito do conhecimento é um ser-para-a-morte. A morte como fato anti-utópico por excelência faz com que a figura materna seja a guardadora do alimento e da proteção, vencendo a ansiedade do medo primordial. O sujeito lógico se expõe como sujeito tanato-lógico. Razão pela qual, Norberto pode descartar o cientificismo e tratar filosoficamente tais questões. Não tratou de explicar, mas de compreender o complexo sentimental conhecido como "amor materno", fazendo apelo aos mitos fundadores das estruturas do parentesco: de Narciso a Psique, de Eros a Cuidado, trata-se de estar atento à economia da mente, à formação do self, à individualização, ao conhecimento, ao auto-conhecimento: "Quer vejamos as três alegorias (Cuidado, Narciso e Édipo) como variações em torno do tema do conhecimento de si mesmo ou como construções que trabalham a dramaturgia, mais e mais é possível aproximar os três mitos".



"O tema do conhecimento de si mesmo participa do nascimento da filosofia, o momento originário da razão ocidental, a especulação dos gregos sobre a origem e a natureza do universo" (...) (p.115).

O conhecimento é um ato de nascimento tanto quanto de morte. Este entrelaçamento se encontraria já no relato mítico sobre Narciso, por exemplo. A esse respeito escreve Norberto: "Conhecer-se a si mesmo significava morte para Narciso e disto ele já sabia: (...) Sobre Narciso pesava ainda outra sentença igualmente grave que irá levá-lo à loucura, ao conhecimento de si e à morte. Ouvindo a prece de uma ninfa rejeitada por Narciso, a

deusa Ramonte sentencia: "Que ele ao mesmo tempo ame e não possa possuir o objeto de seu amor" (p.116).

A contemplação nas águas e o espelhamento figuram aquela síntese desconsoladora. Norberto mostra de que maneira a psicanálise aglutina os fragmentos de Narciso para a compreensão do mito de Édipo, as diferentes formas de amor e auto-conhecimento: "Se Édipo é a tragédia, o herói-problema, as contradições sublimadas que o homem contemporâneo bem conhece, Narciso refere-se à metamorfose das águas de um tempo mítico mais arcaico, o da epopéia e dos líricos em que o homem deve conhecer-se a si mesmo na condição de mortal, de ser efêmero, porque do resto decidem os deuses" (p.119). O que interessa a Norberto é a concepção grega do amor. Não se trata do amor egocêntrico, mas de um amor complexo pelo objeto: "Na visão (de Paula Heimann), embora Narciso objetivamente ame a si próprio (sua imagem refletida no lago), subjetivamente ele ama outra pessoa. Culpado por ter rejeitado Eco, chorará por um objeto inacessível (perdido) e sucumbirá a uma depressão suicida. A essa interpretação, Paula Heimann acrescenta uma observação relativa ao fato de Narciso olhar na água e contemplar seu reflexo, tratá-lo como um objeto" (p.120).

Norberto salienta nas observações daquela psicanalista, o fato de Narciso ser filho de uma náiade, divindade das águas. Neste sentido, existe um objeto de amor residindo no interior do próprio sujeito: "o si mesmo, nota Norberto, é um objeto de amor fantasiado pelo inconsciente. Mas esse objeto é a náiade, sua mãe, o objeto bom primitivo a residir dentro do sujeito" (p.121). O amor materno é a possibilidade de um amor sem agressão, de proteção e acolhimento: "Winnicott, observa Norberto, define o amor materno como uma força primitiva em que se conjugam o instinto de posse, o apetite e mesmo elementos de contrariedade em situações marcadas pelo ânimo exaltado. Embora saliente ser natural que a mãe perca a paciência quando as

crianças são egoístas e exigentes, Winnicott aponta que no amor materno há também generosidade, energia e humildade, sentimentos que entendi se manifestarem através da docilidade, moderação constantes da mãe no atender à criança nos termos descritos pela definição de cuidado materno da enciclopédia acima referida" (p.178).

A maternidade se constrói neste trabalho como um feixe de relações, como um "passo existencial". De onde a conjunção entre "cuidado materno" e "cuidado terapêutico": "ao afirmar a mãe (objeto bom primitivo) como fundamento da hospitalidade, das relações interpessoais e do caráter, Melanie Klein permite que se pense o cuidado materno como modelo da relação psicoterapêutica, ou seja, da 'boa' relação" (p.122).

"Se o Cuidado é visto como uma atitude requerida pela psicanálise (...) como condição para o tratamento do sujeito através da psique (...) são as primeiras consciências da necessidade de cuidados que reaparecerão na transferência e no processo de cura" (p.126).

Tal como a figura materna, o cuidado terapêutico se manifesta como o representante da realidade externa facultando o discernimento da criança como um ser separado, marcando a diferença entre fato e fantasma. Assim, do estado fusional do bebê com a mãe, no qual domina o princípio do prazer, já se inscreve a saída deste momento "hedonista", saída esta que fará ressurgir o cuidado materno como princípio de realidade, fonte da individualização e da autonomia do sujeito. É assim que Norberto sintetiza e abre novos espaços para a questão: "o caminho percorrido reenvia o exame da questão da psicoterapia para o quadro da antropologia social de Marcel Mauss, pois, se através do cuidado materno o self se instala progressivamente na pele e no corpo, e por meio do cuidado psicoterapêutico é este mesmo self que é objeto de revelação (ou reconstrução), como não ver aí duas manifestações de um mesmo fato social: o ideal do conhecimento de si mesmo como realizador do 'divino milagre' da síntese do subjetivo e do objetivo na unidade, ou simplesmente, a prática de Mýthos (palavras que falam do real) consoladores" (p.126).

E por último, se as pesquisas propriamente ditas não ocupam o desenvolvimento do trabalho de Norberto, mas são apresentadas na forma de anexos, isto não significa que não sejam centrais. Elas se apresentam ao longo do trabalho como uma "atmosfera", que promove este atraente trabalho.

Olgária Chaim Féres Matos é professora de Filosofia Política na USP, autora de Rousseau: uma arqueologia da desigualdade (MG Editores) e Paris, 1968: barricadas do desejo (Brasiliense).

Hospital-dia, sem "oficialização".

Inaugurado dia 12 de março último, o Centro de Atenção Psicossocial "Prof. Luiz da Rocha Cerqueira" começou a funcionar dia 29 de junho passado, apesar de ainda não contar com alguns técnicos, pessoal de apoio e equipamentos. Tais fatos — o tempo relativamente longo transcorrido entre a inauguração e o início de atendimento, assim como a infra-estrutura insuficiente — se devem à morosidade das autoridades competentes no trato com a questão da oficialização da entidade.

Considerado como o primeiro hospital-dia da rede pública, já que as experiências anteriores estiveram vinculadas a universidades e hospitais de servidores públicos, o Centro surgiu no mesmo momento em que acontecia a descentralização dos serviços da Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde. Tal descentralização originou os ERSAS — Escritórios Regionais de Saúde, sendo o ERSAS I, da Região Central, um dos três co-patrocinadores do Centro (os outros dois são o

Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina e o Departamento de Medicina Preventiva da USP).

Segundo integrantes da equipe técnica, o CAP "Prof. Luiz da Rocha Cerqueira" foi criado em função da necessidade de se ter "um filtro de atendimento entre o hospital e a comunidade com vistas à construção de uma rede de prestação de serviços preferencialmente comunitária". Ele seria, assim, uma estrutura intermediária entre a hospi-

talização integral e o cuidado ambulatorial tradicional, já que visa basicamente atender a pessoas com graus mais profundos de sofrimento psíquico, como, por exemplo, psicóticos.

Atualmente o CAP está funcionando de um modo "timido", como faz questão de enfatizar o psiquiatra Jairo Goldberg, um dos membros do corpo técnico. Espera-se que com sua efetiva oficialização a demanda de 30 pacientes atendidos diariamente seja alcançada.

A psicoterapia de um aidético.

Palavra Aberta



O editorial, A ética profissional no trabalho com paciente de AIDS (Jornal do CRP-06, n.º 48), está sendo motivo de diferentes posicionamentos de colegas que nos enviaram as suas opiniões. Nesta edição, estamos divulgando o relato de uma psicóloga que, ao tratar de um paciente aidético, sentiu a necessidade de discutir os seus procedimentos com a Comissão de Ética do CRP-06. Uma segunda manifestação de outra psicóloga está sendo veiculada também nesta página. Estas são as duas primeiras e, nas próximas edições, continuaremos publicando as demais, abrindo e mantendo vivo um debate sobre este tema atual e controverso.

Xis (é assim que o chamarei) procurou-me para resolver problemas de ordem pessoal, familiar e profissional. Retornando das férias que se seguiram ao primeiro ano de terapia, ele me informou que, durante as mesmas, realizara exames comprovadores de que era "portador" do vírus da Aids. Não se tratava ainda de Aids-doença.

Verifiquei que estava me defrontando, pela primeira vez, com um caso clínico que tinha características inusitadas e, por que não dizer, angustiantes, visto que intui as dificuldades que poderia enfrentar, pois é notório que existe uma grande falta de informações concretas com relação à doença, como

também é intenso o medo e fortes os preconceitos que envolvem a mesma.

A partir deste acontecimento, procurei me conscientizar com relação aos meus próprios sentimentos frente a situação. Tratei de me informar com alguns profissionais, tanto da área médica como também de psicologia, sobre o assunto. Verifiquei que os mesmos se encontravam também na mesma situação que eu, isto é, carentes de informações mais consistentes.

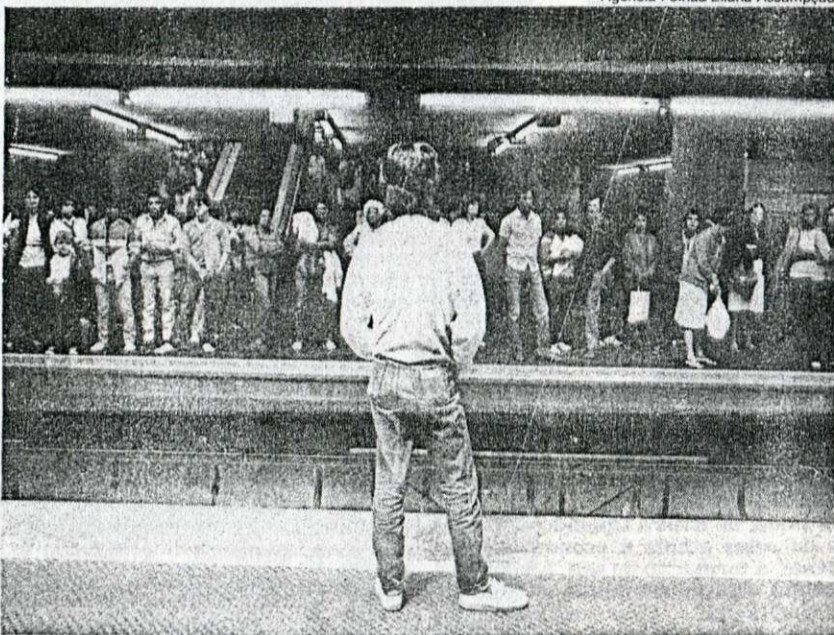
Nesta nova etapa de terapia, observei que, apesar de sentir medo, Xis não procurava o médico que o assistia, ainda que ele apresentasse infecções em diversas regiões do corpo, como ouvidos e dentes, por exemplo. Cada vez que isto acontecia, eu procurava mostrar a Xis minhas limitações decorrentes de eu ser psicóloga e não médica. Procurava por isto estimulá-lo a buscar informações consistentes do seu estado clínico com o seu médico.

Há alguns meses atrás, Xis comuni-

cou-me que deveria ser submetido a uma pequena cirurgia (cordas vocais). Novamente seus medos aumentaram, pois temia de um modo geral a cirurgia em si, bem como as futuras complicações. Informei a Xis a possibilidade dos riscos que estaria correndo, submetendo-se a essa cirurgia. Coloquei-me à sua disposição, uma vez que solicitou a minha presença junto dele, quando fosse falar com o cirurgião, pois sentia-se assim mais seguro. Antes disso, iria comunicar ao seu médico sobre a cirurgia a que se submeteria.

Procurei o CRP-06, mais especificamente a Comissão de Ética, pois estava enfrentando uma situação delicada que demandava verificar a conduta mais correta, já que havia um envolvimento de outros profissionais. Recebi apoio e orientação necessária que precisava para dar continuidade ao trabalho psicoterápico, alertando Xis acerca dos riscos que ele estaria correndo se não informasse ao seu médico e ao cirurgião sobre a contaminação.

Agência Folhas/Eliana Assumpção



Com medo da morte e da rejeição, Colirio, 22 anos, cujo parceiro morreu de AIDS.

O médico que assistia Xis, porém, não concordou com a minha orientação, opondo-se que o paciente informasse ao cirurgião de que era portador do vírus. A alegação do médico era de que, se Xis agisse assim, sofreria discriminação por parte do cirurgião, que com certeza suspenderia a cirurgia. Perplexa com o que me foi relatado por Xis, entrei em contato com o médico — após receber para isto a autorização de Xis — e ele confirmou a sua oposição de que o meu cliente informasse ao cirurgião da sua condição.

Não pude deixar de reconhecer que estava enfrentando uma situação mais complexa ainda que a sugerida no início deste relato. Seria preciso verificar com Xis como ele havia ficado diante das duas posições (a minha e a do médico). O médico estaria dentro das expectativas de Xis, ou seja, estaria propiciando gratificações (negando os riscos) e isto estaria dentro das necessidades de Xis. Enquanto eu estaria mostrando um lado desagradável, onde entrariam os medos e inseguranças dele.

Voltei ao Conselho Regional de Psicologia, onde discutimos o ocorrido, para verificar o que seria mais adequado no momento. O Conselho optou por consultar um médico especialista na área, o qual informou que uma pessoa na situação do meu cliente, se fosse operado, correria riscos de adquirir infecção. Quanto ao cirurgião, estaria isento de riscos neste tipo de cirurgia. O médico consultado considerou necessário, no caso, verificar se uma afecção nas cordas vocais já não seria um sinal da Aids-doença.

De posse destes dados obtidos junto à Comissão de Ética do CRP, considerei necessário transmiti-los para o meu cliente e aconselhá-lo a retornar ao médico (otorrinolaringologista) que o havia encaminhado à cirurgia, informando-o da sua condição, para que este médico revisse o diagnóstico.

O caso relatado ainda está em andamento. Este relato foi uma tentativa de passar informação para os colegas sobre as dificuldades que podemos encontrar quando nos deparamos com quadros clínicos desse gênero, que trazem no seu bojo um grande envolvimento emocional dos participantes.

M. A. Barroso, CRP-06/4247.

“Não seremos juízes ou tiras”

Venho por este meio expressar, através do meu, o espanto de muitos colegas nossos diante do editorial A ética profissional no trabalho com paciente de Aids, assinado por colegas que, desde os bancos escolares, têm merecido nosso reconhecimento, e cuja posição só podemos atribuir a um equívoco, já que acompanhamos a seriedade do CRP-06, desde 1975, e especialmente desde 1979.

O citado editorial trata de orientar os psicólogos da nossa região sobre a conduta profissional adequada frente aos casos de Aids, em que se verifique uma conduta agressiva ou de retaliação em relação à sociedade. O editorial parte dos casos em que a Aids não é uma fantasia, mas uma realidade atestada por médicos. A denúncia a autoridades de saneamento é, em primeira mão, um dever da autoridade que atesta isso, o médico. Nós, psicólogos, não atestamos Aids ou qualquer outra similar. Lidamos

com ela como um virtual, como outros de que se ocupe a fantasia do cliente. Denunciaremos fantasias? Quem atesta o real que o denuncie.

Se se trata de um perigo para a sociedade, será maior do que outros como pode ser a atuação (no sentido psicanalítico do termo) do cliente? Podemos prevenir os efeitos da atuação dos perversos, de mortes e espancamentos, de violências veladas ou não, de transmissores de doenças etc.? Não. Podemos é prevenir as atuações. E o campo de nossa possibilidade, longe de qualquer denúncia a outra autoridade — o que aliás nos autoriza — é o próprio trabalho clínico.

Enquanto supervisora credenciada por este CRP, tenho acompanhado inúmeros casos em que a prevenção de tais atuações — e não específica ou exclusivamente no caso de Aids — se faz possível. Também é uma questão ética o limite de nossa atuação. É também ética a assunção do cliente. O próprio Código de Ética nos desobriga de assumir casos em que nossos li-

mites sejam atingidos. Mais do que desobriga: proíbe.

Os colegas, que pensam denunciar casos de Aids, têm esta conduta contaminada por uma atuação também: saem como cruzados da saúde, em disfarce de um pânico pessoal resultante de um bem nacionalizado preconceito contra as vítimas da Aids. É medo de contágio?

Contágio fantasiado, e tanto mais poderoso quanto menos da realidade do que da fantasia. Não se trata de o psicólogo proteger a sociedade da ação predatória do aidético desesperado, nem de proteger-se do contágio da doença, mas de proteger-se do terrível misterioso que se avizinha: o famoso recalçado que retorna como um fantasma aterrador. Polícia para o cliente ou divã para o terapeuta?

Não somos juízes da conduta de nossos clientes. Estes colocam em nós sua confiança para que lhes possibilitemos a grande viagem em busca do Outro perdido-recalcado. Nosso lugar é o de intérpretes de

suas metáforas, e não de juízes de suas escolhas ou de vigias de suas prisões, sanatórios e "isolamentos".

Entender as promessas deles de agressão e retaliação como perigos ao social é fechar nossa boca à interpretação que esvaziaria tal perigo real ao remetê-lo a outra ordem: a da destruição do sujeito em si, sujeito ético aqui entendido. Nossos clientes não destroem o mundo. Vêm a nós porque buscam formas desses sistemas dominantes não os destruir. E não se trata de uma destruição física. Vêm buscar o que o sistema não lhes dá: a ética do sujeito.

Se não estamos preparados para isto, é hora de suspender os atendimentos, e não de ameaçar clientes com promessas de denúncia. Se não podemos ser clínicos, não seremos juízes ou "tiras".

Se temos medo, busquemos supervisões e um bom psicanalista.

Analúcia Cavani Jorge, CRP-06/01869-9.

CRP-06

PROPOSTA I
ANUIDADE DO PSICÓLOGO
 2.00 MVR = Cz\$ 2.687,00
 (VALOR DO MVR = Cz\$ 1.343,67)

RECEITA LÍQUIDA	Cz\$	%
ANUIDADE DOS PSICÓLOGOS	40.885.880	75.0
OUTRAS TAXAS	3.585.900	6.6
POUPANÇA	10.030.000	18.4
TOTAL	54.501.780	100.0

DESPESA	Cz\$	%
PESSOAL	27.685.460	50.6
AÇÃO	15.071.920	27.7
MANUTENÇÃO	8.078.390	14.9
ATIVO FIXO *	1.645.175	3.0
MICROFILMAGEM	2.020.835	3.8
TOTAL	54.501.780	100.0

* Aquisição de bens patrimoniais.

Nota: Nesta proposta, estão incluídos todos os projetos.

PROPOSTA II
ANUIDADE DO PSICÓLOGO
 1.95 MVR = Cz\$ 2.620,00
 (VALOR DO MVR = Cz\$ 1.343,67)

RECEITA LÍQUIDA	Cz\$	%
ANUIDADE DOS PSICÓLOGOS	39.588.080	74.8
OUTRAS TAXAS	3.585.900	6.7
POUPANÇA	9.800.000	18.5
TOTAL	52.973.980	100.0

DESPESA	Cz\$	%
PESSOAL	27.685.460	52.2
AÇÃO	15.064.955	28.4
MANUTENÇÃO	8.078.390	15.3
ATIVO FIXO *	1.645.175	3.1
MICROFILMAGEM	500.000	1.0
TOTAL	52.973.980	100.0

* Aquisição de bens patrimoniais.

Nota: Nesta proposta, estão cortados 70% do projeto de microfilmagem e 1% de divulgação em TV.

PROPOSTA III
ANUIDADE DO PSICÓLOGO
 1.85 MVR = Cz\$ 2.486,40
 (VALOR DO MVR = Cz\$ 1.343,67)

RECEITA LÍQUIDA	Cz\$	%
ANUIDADE DOS PSICÓLOGOS	36.988.480	74.2
OUTRAS TAXAS	3.585.900	7.2
POUPANÇA	9.300.000	18.6
TOTAL	49.874.380	100.0

DESPESA	Cz\$	%
PESSOAL	27.429.860	54.5
AÇÃO	12.994.368	26.0
MANUTENÇÃO	8.078.390	17.0
ATIVO FIXO *	1.371.762	2.5
TOTAL	49.874.380	100.0

* Aquisição de bens patrimoniais.

Nota: Nesta proposta foram cortados: 1. O projeto de microfilmagem (total);
 2. Seguro em grupo e cursos de reciclagem para funcionários (total);
 3. A produção de um vídeo (total); 4. Espaço na TV (total);
 5. 50% dos encontros de plenárias; 6. 15% de ativo fixo.

CRP-06

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

DIA: 21 de Setembro de 1987

LOCAL: Sede do CRP-06

Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 1.084

10.º andar

HORÁRIO:

19:30 hs. (1.ª convocação)

20:00 hs. (2.ª convocação)

A Gestão "Palavra Aberta" convoca todos os psicólogos da 6.ª Região para sua Assembléia Geral Ordinária, na qual, como de praxe, serão discutidas e votadas as propostas de anuidade, e outras taxas, para o exercício de 1988.

Para subsidiar a participação de nossos colegas na referida Assembléia, estamos publicando, nesta edição, nossas metas para 1988, acompanhadas de um resumo da projeção orçamentária.

A presença dos psicólogos desta Regional, neste evento, é bastante importante, no sentido de respaldar os rumos que os Conselheiros da atual Gestão têm dado ao CRP, e dos que estão sendo propostos para o próximo ano.

Aguardamos, e não só convocamos, a presença e participação de nossa categoria em nossa Assembléia Geral Ordinária.

Até lá. Gestão Palavra Aberta

As Metas de 1987

Antes de apresentarmos as metas para 1988, retomaremos brevemente as metas de 1987, acompanhadas de uma avaliação até este momento (julho/87).

Em nossa última Assembléia Geral Ordinária, que ocorreu no período de mudança de gestão, propusemos além da consolidação e aperfeiçoamento de projetos já iniciados, outros como por exemplo: a mudança da Sede, a criação da Comissão Técnico-Científica, a realização de uma pesquisa para determinar expectativas com relação ao trabalho do CRP, a elaboração de um Cadastro de Psicólogos por área de atuação, a realização de um Congresso, a implantação de uma nova política de cargos e salários, a aquisição de um PABX e de um microcomputador, a contratação de novos funcionários. Em função disto e da situação financeira do país — estávamos na vigência do Plano Cruzado I — a Assembléia discutiu e aprovou o índice de 1.95 MVR (Maior Valor de Referência) para as anuidades dos psicólogos.

Doze dias após a Assembléia, a nova Gestão tomou posse e começou a trabalhar na direção das metas propostas.

Já no início deste ano, em reunião Plenária Geral, à qual compareceram todos os Conselheiros, efetivos e suplentes, e todos os Delegados e Delegados-Adjuntos, foram definidos dois temas prioritários para nortear as ações do CRP:

- Constituinte;
- Comemoração dos 25 anos de Profissão.

Com isto, além dos trabalhos habituais de cada Comissão, que continuam sendo realizados, dois grupos se formaram para viabilizar estes dois projetos.

Nós, Conselheiros, em nossas discussões, nas reuniões plenárias semanais, vimos acompanhando a elaboração e execução dos compromissos assumidos, **pari passu**, com a situação orçamentária do CRP-06. Assim é que algumas modificações, que passaremos a expor, têm sido feitas tanto em função da reavaliação de alguns trabalhos, quanto em função das possibilidades financeiras do Conselho.

— Mudança da Sede: no momento estamos em processo de Concorrência Pública para a venda do imóvel da Sede, após ter sido feita uma **avaliação oficial** necessária para tal. Muitos locais já foram visitados por funcionários e conselheiros, na procura de uma sede dentro dos moldes aprovados pela Assembléia. Este processo tem se dado de forma um tanto lenta em função da necessidade de precaução frente a um projeto desse porte, num momento em que se atravessa uma crise no mercado imobiliário que, sem dúvida, é do conhecimento de todos.

— Pesquisa de expectativas e o Cadastro de Psicólogos por área de atuação: foram metas que não chegaram a ser elaboradas em função de os Conselheiros estarem envolvidos em outros trabalhos do CRP e o microcomputador estar sendo utilizado em outros programas prioritários. Porém, continuam em pauta e, assim que for possível, serão encaminhados.

— Congresso: este foi um projeto cortado em função do alto custo e de uma reavaliação de metas. Parte dessa verba foi destinada para a elaboração de um vídeo a ser lançado na Semana do Psicólogo, como parte da comemoração dos 25

anos da Profissão.

— Comissão Técnico-Científica: esta Comissão foi criada e chegou a elaborar suas metas, porém seus trabalhos foram interrompidos em função de 3 de seus 4 membros terem solicitado licença dos trabalhos do Conselho. Embora a Comissão, enquanto tal, não tenha se viabilizado, sua meta de informar a população sobre o que é o trabalho do Psicólogo foi garantida pelo Grupo responsável pela Comemoração dos 25 anos de Profissão, através do projeto do vídeo.

— Implantação de uma nova Política de cargos e salários e contratação de novos funcionários: dois projetos cumpridos e com os quais tentamos melhorar o atendimento prestado aos psicólogos, tanto na Sede quanto nas Delegacias. No momento, estamos iniciando a implantação de um programa de Avaliação de Desempenho.

— Aquisição de um PABX e de um microcomputador: o PABX será comprado somente quando da mudança da sede. O novo microcomputador foi adquirido e já está funcionando em conjunto com o micro que já havia no CRP.

Com relação ao aspecto administrativo do CRP, temos feito muitos esforços no sentido de termos informações mais precisas com relação à situação dos psicólogos perante o CRP. Assim sendo, três setores (Operações, Centro de Processamento de Dados e Contabilidade) têm sido extremamente exigidos em termos de eficiência e eficácia. Também neste sentido, este mês, estamos expedindo guias de cobrança aos psicólogos que se encontram em débito com o CRP, a fim de regularizar sua situação perante a Tesouraria deste Órgão, assim como regularizar o cadastro do Conselho.

A Comissão de Orientação e Fiscalização, além de seus trabalhos de rotina, iniciou este ano um trabalho com os psicólogos que atuam em Postos de Saúde.

A Comissão de Ética, a Comissão de Orientação e Fiscalização e a Comissão de Supervisão iniciaram um trabalho com relação à Clínica-Escola, juntamente com representantes de coordenadores, supervisores e estagiários das Clínicas de várias faculdades.

A Comissão de Educação e Ensino está preparando um Encontro de Psicólogos que atuam nessa área.

A Comissão de Saúde desenvolveu trabalhos com relação à AIDS, Psicólogos Credenciados em Convênios de Saúde, e está encaminhando a publicação relativa ao Seminário "Mulher e Saúde Mental".

O Grupo de Constituinte tem realizado encontros e promovido discussões sobre os projetos populares para a Constituinte.

Mas talvez seja na Comissão de Divulgação que tenhamos feito as maiores mudanças. Já no final da outra gestão, os Conselheiros, em suas discussões sobre a Fiscalização do exercício profissional, perceberam que teria que haver uma mudança de perspectiva, ou seja, o CRP deveria ter fiscais, porém deveria realizar um projeto de divulgação do trabalho do psicólogo junto à população. Com isto, poderíamos ampliar o mercado de trabalho, na medida em que o trabalho deste profissional estaria sendo mais divulgado. Claro, também a população teria condições de, ela mesma, fiscalizar os serviços que lhe são prestados nessa

área. E esta tem sido uma solicitação bastante feita pelos psicólogos nos seus contatos com o CRP.

Foi nesta perspectiva que partimos para a elaboração de um vídeo como uma das comemorações dos 25 anos de Profissão. E ainda sob este enfoque que contratamos uma Assessora de Imprensa, por dois meses, que deverá abrir espaços para o CRP/Psicólogos junto à Imprensa Escrita, Falada e Televisada.

Estamos também reorientando a produção do Jornal do CRP, que agora passa a ser bimestral.

Além disto, contratamos Roberto Yutaka para Assessoria da Comissão de Divulgação, profissional este com reconhecimento nos órgãos de imprensa e de Psicologia.

As Delegacias do CRP têm desenvolvido trabalhos, os quais têm sido divulgados neste Jornal.

Talvez, ou com certeza, outras realizações e discussões tenham sido deixadas de lado. Mas, para o nosso propósito, cremos que esta breve prestação de contas dá uma idéia do que tem sido feito este ano.

1988: As propostas de Metas

Passemos então ao que estaremos propondo para 1988 em nossa Assembléia Geral Ordinária. Além da continuidade do que já vem sendo desenvolvido, propomos:

EM TERMOS ADMINISTRATIVOS

— Microfilmagem dos prontuários dos psicólogos — para garantir a preservação da documentação, reduzindo riscos de extravio, além de racionalizar o espaço físico do CRP.

— A contratação de novos funcionários — para agilizar e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo CRP aos psicólogos. (Auxiliares Administrativos, Fiscais, Telefonistas).

— A continuidade do Programa de Avaliação de Desempenho e a Descrição de Cargos.

— A implantação de um Plano Geral de benefícios aos funcionários do CRP-06.

EM TERMOS POLÍTICOS

PROJETO I

— Elaboração de um vídeo — para que possamos continuar o trabalho na linha da divulgação da profissão à população.

— Espaço na TV — vinhetas do vídeo com o mesmo objetivo anterior

— Contratação de um Assessor de Imprensa — para abrir os espaços junto à Imprensa Escrita, Falada e Televisada.

PROJETO II

— Congresso dos Psicólogos da 6ª Região — para discussão do trabalho do psicólogo, subsidiando também possíveis alterações na Legislação que regulamenta a Profissão e os Conselhos. A produção deste Congresso deverá ser financiada por patrocinadores.

— Contratação de uma Assessoria de Eventos.

PROJETO III

— Cadastro de Psicólogos por área de atuação.

— Análise dos dados do Projeto I da Pesquisa do CFP, referente ao CRP-06.

— Contratação de uma Pesquisadora.

EM TERMOS PATRIMONIAIS

— Mudança da Sede — caso não se viabilize este Projeto em 1987.

— Mudança da Delegacia de Lorena

— Compra de um PABX — caso não se viabilize este ano.

— Compra de uma TV e de um vídeo cassete —

para que possamos realizar reuniões na Sede, para discussões dos vídeos.

Sendo estas as nossas propostas para 1988, fazemos um pequeno preâmbulo para pensarmos na viabilização econômica destes projetos.

Em termos financeiros, tem sido bastante difícil gerenciar o CRP-06 em função de toda a instabilidade econômica deste País. O Plano Cruzado II, o final do Plano Cruzado, o Plano Bresser, todos tiveram, obviamente, suas repercussões no nosso orçamento. Podemos dizer que o orçamento de 1987 está equilibrado tanto em função de cortes que fizemos em algumas despesas, contenção de outras, quanto em função de ter havido um aumento na anuidade deste ano (1.26 MVR ► 1.95 MVR). Porém, o acompanhamento das contas é constante, pois o discurso oficial do Governo se contradiz na prática. Nossa receita deste ano, 1987, foi prevista na Assembléia de 1986, ainda na vigência do congelamento, enquanto a despesa está ocorrendo neste período de inflação acentuada.

Claro é que, com toda esta imprevisibilidade, preparar o orçamento para 1988, em julho de 1987, conta com muitos fatores imponderáveis. Porém, nossa Legislação prevê para este momento a elaboração do mesmo.

Estamos, então, projetando até o final do ano um índice de inflação em torno de 50%, e no decorrer de 1988 em torno de 100%. Isto para calcularmos as despesas.

As receitas estão vinculadas ao MVR (Maior Valor de Referência) que, por sua vez, está vinculado ao Salário Mínimo. Em função de toda a discussão que o Governo vem fazendo em torno do Salário Mínimo, estamos projetando o valor nominal do MVR, no final do ano, que regulará a anuidade de 1988, em Cz\$ 1.344,00. Nesta quantia está embutida uma inflação de 40% sobre o valor atual do M.V.R.

O orçamento deve sempre equilibrar receita e despesa. Estamos apresentando três propostas de anuidade para 1988, sendo que cada uma contempla os projetos possíveis para que se mantenha o equilíbrio receita/despesa, dentro das previsões possíveis de serem feitas no atual panorama econômico deste País.

Em tempo, esclarecemos que todas as propostas garantem a infra-estrutura e os trabalhos aos quais se destina o CRP. Passemos então aos números: (na página seguinte):